

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIX • Nº 106

Poder Legislativo

Recife, sábado, 23 de junho de 2012

SÉRIE PARLAMENTAR

Mulher representa Mata Sul no Parlamento Estadual

Currículo inclui atuação no Executivo, quando implantou o Planejamento Estratégico de Escada

FOTO: RINALDO MARQUES

GÊNERO -

Mary Gouveia prioriza defesa dos direitos femininos e o acesso de jovens ao mercado de trabalho



Segunda parlamentar mais votada na Mata Sul e única representante feminina da região na Casa Joaquim Nabuco, Mary Gouveia (PSD) chegou ao Parlamento Estadual com mais de 33 mil votos. Na Assembleia Legislativa, atua como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e é a escolhida de hoje para a *Série Parlamentar* publicada no *Diário Oficial*.

Natural de Amaraji, Mary carrega a experiência em cargos públicos. Exerceu as funções de secretária de Assistência Social e secretária de Planejamento e Gestão da cidade de Escada. Na localidade, implantou o Projeto Casa Nova Vida, Vida Nova, transformando moradias de taipa em alvenaria; e o Planejamento Estratégico, uma consultoria técnica que apontou cem metas para o desenvolvimento municipal, entre os anos de 2010 e 2016.

Também idealizou projetos que visam ao desenvolvimento infanto-juvenil como o Coral da Harmonia e a Banda de Flautistas do PETI – formadas por crianças –, além da Banda de Música Cícero Dias e a Escola de Música Manoel Ramos, ambas compostas por adolescentes.

No Poder Legislativo, defende melhores condições de trabalho para a mulher e salários mais justos. Também tem atuado na qualificação profissional de jovens e adultos para inseri-los no mercado, assim como apresentação de projetos de lei em favor do cidadão. Entre eles, o de número 118/2011, que obriga o Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (Detran) a enviar, aos proprietários de veículos automotores, informações sobre o Seguro Obrigatório que cobre danos pessoais (DPVAT). A comunicação deve ser anexada ao boleto de cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

No informativo, cabe ao Detran especificar dados como quem é indenizado pelo seguro; situações que podem ser ressarcidas financeiramente; reembolso de despesas com médico e hospital; o valor de pagamento da reparação; a seguradora responsável pelos consórcios de Seguro DPVAT; e como receber o valor. De acordo com a parlamentar, a importância da matéria se justifica pela falta de conhecimento dos motoristas. “Muitos acidentados não procuram o seu direito e, às vezes, permitem a ação de pessoas inescrupulosas, que enganam os menos esclarecidos e se beneficiam do recurso do DPVAT”, argumenta a deputada.

Ordem do Dia

Sexagésima Nona Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 25 de junho de 2012, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 2625/2012
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 961/2012 de autoria do Poder Executivo que institui sistemática de apuração e recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para estabelecimento atacadista de material de construção, ferragens e ferramentas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/06/2012

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 937/2012
Autora: Mesa Diretora

Modifica a Resolução nº 1089, de 14 de dezembro de 2011, que cria o Concurso de Redação Luiz Gonzaga - 100 anos de Vida e Obra do Pernambucano do Século, em Comemoração ao Centenário de nascimento do pernambucano Luiz Gonzaga.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/05/2012

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 779/2012
Autora: Mesa Diretora

Altera o art. 4º da Resolução nº 809, de 14 de maio de 1968, que instituiu a Medalha Joaquim Nabuco.

Parecer Favorável da 1ª Comissão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/03/2012

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2011 ao Projeto de Lei Ordinária nº 165/2011
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autora do Projeto: Dep. Teresa Leitão

Dispõe sobre a criação de estacionamento de bicicletas em órgãos públicos integrantes da Administração Pública, bem como em empresas privadas.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/09/2012

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 799/2012
Autora: Dep. Teresa Leitão

Declara de Utilidade Pública sem fins lucrativos, a Organização Social denominada Instituto Solidare.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/03/2012

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 827/2012
Autor: Dep. Claudiano Martins Filho

Denomina de Rodovia Empresário Cirilo Henrique de Araújo, a VPE – 280, que liga a Sede do Município de Buíque ao Parque Nacional do Catimbau, Agreste Pernambucano.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 27/03/2012

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 839/2012
Autor: Dep. Henrique Queiroz

Denomina de Rodovia Francisco Éllinton Parente, a VPE-620, que liga o Município de Exu ao Distrito de Taboquinhas, Sertão do Araripe.

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente**, Deputado Edson Vieira; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Sérgio Leite; **3º Secretário**, Deputado Henrique Queiroz; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Assistente Legislativa** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Recursos Humanos** - Sérgio Maurício Coutinho Côrrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica** - Braulio José de Lira C. Torres; **Assistente de Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Assistente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Assistente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Assistente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Assistente Educacional** - Jurandir Bezerra Lins; **Auditor-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Assistente de Comunicação Social** - Paula Barbosa Imperiano; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Andréa Tavares; **Subeditora** - Margot Dourado; **Redatores** - Antônio Azevedo, Cláudia Lucena, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bitá, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Felipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Ana Emília, Carol Pugliesi, Dianely Sales, Ellen Cocino, Manoel Barbosa, Thayuana Araújo; **Chefe do Departamento de TV**, Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV**, Natália Câmara; **Reportagem:** Ana Cláudia Braga, Felipe Marques, Mônica Alcântara, Mara Amorim; **Produção:** Anne Nunes, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação:** Mônica Alcântara, Mara Amorim. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail:** dcomunic@alepe.pe.gov.br



Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 30/03/2012

Discussão Única da Indicação nº 4825/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo da Atividade: *Expansão da Rede de Atenção e Apoio a Pessoas Idosas*, o Município de Caruaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4826/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo da Atividade: *Expansão da Rede de Atenção e Apoio a Pessoas Idosas*, o Município de Jataúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4827/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo da Atividade: *Expansão da Rede de Atenção e Apoio a Pessoas Idosas*, o Município de Santa Cruz.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4828/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo da Atividade: *Expansão da Rede de Atenção e Apoio a Pessoas Idosas*, o Município de Santa Cruz do Capibaribe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4829/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos e ao Presidente da Compesa no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo do Projeto: *Ação de Saneamento Básico para o exercício de 2012*, o município de Abreu e Lima.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4830/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos e ao Presidente da Compesa no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo do Projeto: *Ação de Saneamento Básico para o exercício de 2012*, o município de Afogados da Ingazeira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4831/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos e ao Presidente da Compesa no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo do Projeto: *Ação de Saneamento Básico para o exercício de 2012*, o município de Afrânio.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4832/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos e ao Presidente da Compesa no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo do Projeto: *Ação de Saneamento Básico para o exercício de 2012*, o município de Agrestina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4833/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos e ao Presidente da Compesa no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo do Projeto: *Ação de Saneamento Básico para o exercício de 2012*, o município de Água Preta.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4834/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos e ao Presidente da Compesa no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo do Projeto: *Ação de Saneamento Básico para o exercício de 2012*, o município de Águas Belas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4835/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos e ao Presidente da Compesa no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo do Projeto: *Ação de Saneamento Básico para o exercício de 2012*, o município de Alagoinha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4836/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos e ao Presidente da Compesa no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo do Projeto: *Ação de Saneamento Básico para o exercício de 2012*, o município de Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4837/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos e ao Presidente da Compesa no sentido de incluir e/ou reforçar no Plano Operativo do Projeto: *Ação de Saneamento Básico para o exercício de 2012*, o município de Altinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Discussão Única da Indicação nº 4838/2012
Autor: Dep. Ricardo Costa

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Voto de Aplausos à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão-ABERT, pela realização do 26º Congresso Brasileiro de Radiodifusão que comemora os seus 50 anos de fundação e 90 anos do rádio no Brasil.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/06/2012

Mensagens

MENSAGEM Nº 060/2012

Recife, 22 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei Complementar, que modifica a Lei Complementar nº 28, de 14 de janeiro de 2000, e alterações, que cria o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco.

A presente proposição objetiva conferir ao Conselho Fiscal da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE o mesmo tratamento dado ao seu Conselho de Administração. Para tanto, foi acrescentado um parágrafo ao art. 21 da Lei Complementar nº 28, de 2000, e alterações, com redação análoga à do § 4º do art. 10 da mencionada Lei Complementar.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa ilustre Casa na apreciação da matéria que ora submeto para Vossa consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei Complementar.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de junho de 2012.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Complementar Nº 979/2012

Ementa: Modifica o art. 21 da Lei Complementar nº 28, de 14 de janeiro de 2000, e alterações, que cria o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 21 da Lei Complementar nº 28, de 14 de janeiro de 2000, e alterações, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21.
....."

§ 9º O Presidente do Conselho Fiscal da FUNAPE poderá ser, a critério do Governador do Estado, dispensado do cumprimento dos requisitos de que trata o § 3º." (AC)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2011.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de junho de 2012.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 061/2012

Recife, 22 de junho de 2012.

Senhor Presidente,

Valho-me do ensejo para remeter a essa Egrégia Assembleia Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, crédito suplementar no valor de R\$ 12.014.975,00 (doze milhões, quatorze mil, novecentos e setenta e cinco reais), em favor da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

A solicitação em apreço objetiva reforçar dotações orçamentárias insuficientes para cobrir despesas relativas à operacionalização da Secretaria de Educação.

Os recursos necessários à realização das despesas previstas no Anexo I do incluso Projeto de Lei, são os provenientes do Excesso de Arrecadação de Receitas do Tesouro, previsto para o presente exercício, nos termos do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, à conta da arrecadação do item de receita "Transferência de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB".

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de junho de 2012.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa
N E S T A

Projeto de Lei Ordinária Nº 980/2012

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, em favor da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, crédito suplementar no valor de R\$ 12.014.975,00 (doze milhões, quatorze mil, novecentos e setenta e cinco reais), destinado ao reforço das dotações orçamentárias especificadas no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o artigo anterior são os provenientes do Excesso de Arrecadação de Receitas do Tesouro, previsto para o presente exercício, nos termos do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, à conta da arrecadação do item de receita "Transferência de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB" especificado no Anexo II da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(CRÉDITO SUPLEMENTAR)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2012	RECURSOS DE TODAS AS FONTES FUNTE	EM R\$ VALOR
140100 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
00108 Secretaria de Educação - Administração Direta			
Atividade: 12.362.0918.4325 - Qualificação e Ampliação da Rede de Educação Integral			8.514.968,00
3.3.90.00. - Outras Despesas Correntes		0109	8.514.968,00
Atividade: 12.128.0261.4327 - Qualificação Permanente dos Profissionais de Educação			3.500.007,00
3.3.90.00. - Outras Despesas Correntes		0109	3.500.007,00
TOTAL			12.014.975,00

ANEXO II

(EXCESSO DE ARRECADAÇÃO)

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO	RECEITA DE TODAS AS FONTES EM R\$ VALOR
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	12.014.975,00
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.014.975,00
1720.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.014.975,00
1724.00.00 TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.014.975,00
1724.02.00 TRANSF. DE REC.DA COMP.DA UNIÃO AO FUNDO MANUTE DESENV.DA EDUC.BÁS.E DE VAL.D. PROFIS EDUC-FUNDEB	12.014.975,00
TOTAL	12.014.975,00

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de junho de 2012.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª , 3ª e 5ª Comissões.

MENSAGEM Nº 062/2012

Recife, 22 de junho de 2012.

Senhor Presidente,

Valho-me do ensejo para remeter a essa Egrégia Assembleia, Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, crédito especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em favor do GABINETE DO GOVERNADOR.

A solicitação em apreço tem por finalidade, fazer incluir no Plano Plurianual 2012/2015 e no Orçamento Fiscal do Estado para 2012, a Ação de "Contribuição Complementar do Gabinete do Governador ao FUNAFIN".

Os recursos necessários à realização das despesas previstas no Anexo I do incluso Projeto de Lei serão os provenientes de anulação de dotação, especificada no Anexo II, na forma do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de junho de 2012.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 981/2012

Ementa: Inclui Ação no Plano Plurianual 2012/2015, e abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Gabinete do Governador, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída no Plano Plurianual 2012/2015, aprovado pela Lei nº 14.532, de 09 de dezembro 2011, a Ação a seguir especificada, segundo os seus respectivos atributos:

00101 – GABINETE DO GOVERNADOR

DESCRIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO

PROGRAMA (APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E ÁREAS ESPECIAIS): 0985 - APOIO GERENCIAL E TECNOLÓGICO ÀS AÇÕES DO GABINETE DO GOVERNADOR

Objetivo: Coordenar e Implementar as políticas, diretrizes e objetivos do Gabinete do Governador e assegurar o suporte administrativo e tecnológico necessário ao seu desempenho

Operação Especial: 00101.28.846.0985.4615 - Contribuição Complementar do Gabinete do Governador ao FUNAFIN

Art. 2º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao presente exercício de 2012, em favor do Gabinete do Governador, crédito especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) discriminado no Anexo I da presente Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à cobertura do crédito especial de que trata o art. 2º da presente Lei, serão os provenientes da anulação da dotação orçamentária especificada no Anexo II desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(CRÉDITO ESPECIAL)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2012	RECURSOS DE TODAS AS FONTES FUNTE	EM R\$ VALOR
11000 – GOVERNADORIA DO ESTADO			
00101 - Gabinete do Governador - Administração Direta			
Operação Especial:28.846.0985.4615 - Contribuição Complementar do Gabinete do Governador ao FUNAFIN			
	3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais	0101	60.000,00
	TOTAL		60.000,00

ANEXO II

(ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES FUNTE	VALOR
11000 – GOVERNADORIA DO ESTADO		
00101 - Gabinete do Governador - Administração Direta		
Operação Especial:04.846.0985.0416 - Contribuições Patronais no Gabinete do Governador ao FUNAFIN		
	3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais	0101
	TOTAL	60.000,00

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de junho de 2012.**

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

MENSAGEM Nº 063/2012

Recife, 22 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo, que objetiva a concessão do direito de uso de áreas do Complexo Professor Anibal Bruno, a título oneroso, para fins de cumprimento do que dispõe o art. 13 da Lei de Execuções Penais, quando estabelece que as unidades prisionais dispõem de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração, sendo disponibilizadas as seguintes áreas.

O Projeto estabelece quatro áreas a fim de que, nelas sejam construídos estabelecimentos para suprir as necessidades dos presos, em conformidade com a legislação vigente, ficando distribuídas as áreas da seguinte forma: um estabelecimento no Presídio Asp. Marcelo Francisco de Araújo – PAMFA, outro no Presídio Frei Damião de Bozzano – PFDB e outros dois no Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros – PJALLB.

A matéria atende aos pressupostos da Lei de Execuções Penais disciplinando o comércio de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

Este Projeto, se transformado em Lei pela soberana vontade dos Senhores Membros dessa Casa do Legislativo Estadual, irá fortalecer o Poder Público Estadual consoante a necessidade de medidas para regularizar o comércio já existente no entanto fazendo com que ele exista de maneira legal.

Ao submeter o Projeto à apreciação dessa Egrégia Casa, estamos certos de que os Senhores Deputados saberão aperfeiçoá-lo e, sobretudo, reconhecer o grau de prioridade à sua aprovação.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências os protestos de elevado apreço.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de junho de 2012.**

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado **GUILHERME UCHÔA**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 982/2012

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de 04 (quatro) áreas de imóvel público, mediante prévias licitações, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECRETA:

Art. 1º O Estado de Pernambuco fica autorizado a conceder a particular, a título oneroso, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, o uso de 04 (quatro) lotes de 19 m2 (dezenove metros quadrados), cada um, do imóvel de sua propriedade, situado na Av. Liberdade, s/nº, no bairro do Sancho, Recife, CEP 50.920-310, neste Estado, onde está localizado o Complexo Prisional Professor Anibal Bruno.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior é administrado pela Secretaria Executiva de Ressocialização, sendo que as áreas concedidas, a título oneroso, destinar-se-ão ao cumprimento do que dispõe o art. 13 da Lei de Execuções Penais, quando estabelece que as unidades prisionais dispõem de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração, sendo disponibilizadas as seguintes áreas:

I – 01 (um) lote com área de 19 m2 (dezenove metros quadrados), no Presídio Asp. Marcelo Francisco de Araújo - PAMFA;

II – 01 (um) lote com área de 19 m2 (dezenove metros quadrados), no Presídio Frei Damião de Bozzano – PFDB; e

III – 02 (dois) lotes com áreas de 19 m2 (dezenove metros quadrados), cada um, no Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros – PJALLB.

Art. 3º As concessões de uso, objeto desta Lei, serão instrumentalizadas por intermédio de contratos de concessão de uso, a serem necessariamente precedidas de processo licitatório, e serão celebrados entre o Estado de Pernambuco e os vencedores dos respectivos certames licitatórios, exclusivamente para os fins especificados no artigo anterior, sob pena de sua rescisão.

Art. 4º Findo o prazo de concessão, a renovação para o novo período somente será autorizada por lei específica.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de junho de 2012.**

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

Atas de Comissões

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 03 DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DO AUDITÓRIO, 6º ANDAR, ANEXO I, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DIA 09 DE MAIO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS, TEMA: O ATENDIMENTO AO PRIVADO DE LIBERDADE, AÇÃO SOCIAL E ORÇAMENTO PÚBLICO.

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e doze, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, em 08 de maio de 2012, reuniram-se os integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa para em Audiência Pública discutir sobre O Atendimento ao Privado de Liberdade, Ação Social e Orçamento Público. O Deputado Betinho Gomes presidente da Comissão convidou os Deputados Sérgio Guerra e o deputado Ossesio Silva para fazer parte da mesa e em seguida, passou a convidar as autoridades presentes: O Sr. Silvino Neto, Coordenador do Fórum Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente; Dra. Amparo Araújo, Secretária de Direitos Humanos do Recife, representando o Prefeito da Cidade do Recife, João de Costa; Drª Ana Maria Oliveira de Moura, defensora pública, representando a Defensora Geral Dra. Marta Freire; Dr. Fernando Silva, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do adolescente e Secretário Executivo dos Sistemas Protetivos e Socioeducativo; Sr.ª Mirella Vilar, Coordenadora de Proteção a Criança e ao Adolescente da Secretaria de Promoção da Cidadania do Município de Jaboatão dos Guararapes; Dr. Eduardo Paysam Gomes, advogado do Centro Dom Helder Câmara ; Sr. Geraílson Ribeiro, Presidente da Associação Metropolitana dos Conselhos Tutelares, Sr. Alexandre Nápoles Filho, Assessor Jurídico, representando o Sr. Paulo Moraes Secretário Executivo da Secretária de Justiça e Direitos Humanos do Estado que também passaram a compor a mesa. Em seguida, o Sr. Presidente se pronunciou falando que a audiência visa discutir com as autoridades e representantes da sociedade organizada a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, principalmente no que se refere à aplicação de medidas socioeducativas em regime fechado, necessidade de apoio aos egressos e família através de política de assistência social, bem como discutir com a sociedade, alternativas e mobilização para as alterações no orçamento do estado que contemplem a implementação do SINASE em nosso Estado. Em seguida concedeu a palavra ao Sr. Silvino Neto que sugeriu a realização desta audiência a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, concentrou sua exposição falando que participaram do Fórum Estadual um grupo de adolescentes assistidos que expuseram as principais dificuldades encontradas nas unidades socioeducativa do Estado, tais como: lentidão nos julgamentos dos processos; melhorar a qualidade da alimentação oferecida nas unidades; contratação de agentes socioeducativos qualificados; direito de privacidade para com os objetos pessoais; melhores condições estruturais e de higiene nos alojamentos; melhoras no atendimento à saúde com dentistas, psicólogos, médicos entre outros profissionais qualificados; banheiros individualizados para meninos e meninas; educação de qualidade; mais atividades relacionadas a lazer; melhoria nos transportes; implantação de aulas de informática entre outras solicitações que se nos atermos a tudo iremos passar a manhã toda relacionando-as. Explicou que o Fórum Estadual não se preocupa só em discutir os problemas relacionados com a FUNASE, mas sim com todo o sistema penitenciário do Estado e não achamos que todos os problemas estão nas unidades socioeducativas e sim no modelo de gestão que se equipara à antiga FEBEM e FUNDAC. Comentou que o sistema judiciário precisa ser mais rápido na internação e lento na desinternação e não ao contrário, pois precisamos reeducar esses jovens para serem inseridos na sociedade quando do regresso à liberdade. Em seguida, foi concedida a palavra a Secretária de Direitos Humanos do Recife a Sr.ª Amparo Araújo afirmou que veio a audiência para absolver informações acerca da temática e repassar ao Prefeito João da Costa e que, iria mais ouvir do que falar, finalizou agradecendo o convite. Em seguida, a palavra foi concedida ao representante da Secretária Estadual de Justiça e Direitos Humanos o Sr. Alexandre Nápoles Filho, afirmou que o secretário Paulo Moraes estava ausente porque participara de um evento no Município de Caruaru. Explicou que um debate voltado ao sistema carcerário brasileiro é muito oportuno, pois diante dessa temática podemos discutir ações e principalmente soluções para o cenário atual. Afirmo que a Chefia de Apoio a Egressos e Liberados – CAEL, o desenvolvimento do trabalho esta voltado unicamente aos egressos baseado nos ditames da Lei do Patronato nº 14.522/11 que é um órgão da execução penal inserido no Plano Estadual de Segurança Pública “Pacto Pela Vida”, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento das regras impostas como condição à liberdade vigiada prestando serviço aos egressos. Acentuou que a sociedade precisa colocar na ordem do dia esse assunto, buscando mais recursos públicos voltados à temática, e que a CAEL vislumbria a possibilidade das ações abrangerem também os socioeducandos do Estado. Frisou que nós da secretária executiva de justiça e direitos humanos, queremos e gostaríamos de captar mais informações para reproduzir ações dentro do nosso órgão de atuação. A palavra foi dada ao Sr. Geraílson Ribeiro, Presidente da Associação Metropolitana dos Conselhos Tutelares. Começou a fala agradecendo ao Deputado Betinho Gomes pelo empenho e interesse voltados a temática da audiência. Acentuou sua fala exaltando a situação das unidades socioeducativas do Estado, lembrando que lá não bate sol; encontramos lá comida de péssima qualidade; os meninos não são profissionalizados; a saúde é ruim; o lazer não existe; as famílias não podem levar material de limpeza. Será que lá dentro é respeitado o Estatuto da Criança e do Adolescente? Até quando as autoridades irão fazer de conta que não estão vendo a real situação dessas unidades? É uma contradição impressionante, nas unidades são encontradas frequentemente crack, maconha, ferro para cortar os meninos lá dentro e não entra outros objetos de uso pessoal, como podemos entender isso? Como 48 meninos internos das unidades fogem ao meio dia? Os internos pedem a volta dos agentes que foram afastados por uma decisão do Ministério Público, por que será? Para vocês terem ideia da real situação nas unidades estava eu conversando e escutando as meninas internas e elas relatarão que são abusadas sexualmente à noite pelos agentes é um absurdo! Referiu à ausência da secretária Raquel Lira e de Fernando Silva, para ouvir os seus relatos e reivindicações. Lembrou-se do fatídico episódio ocorrido na unidade do Cabo, onde perdemos três vidas que tínhamos que proteger enquanto Estado. A comissão de cidadania e direitos humanos convida todas as associações e os Conselhos Tutelares para que se integrem na luta e visitem as unidades para observarem e presenciarem a real situação lá dentro. Tenho dados que Recife ocupa a sexta posição da capital mais violenta dentro das unidades no Brasil. Outra questão que levanto é que hoje no Bom Dia Brasil estava assistindo uma matéria mostrando atos criminosos praticados por adolescentes, a mídia marginaliza a criança e o adolescente atribuindo a eles toda a problemática por crimes de menor potencial ofensivo. Finalizou agradecendo a oportunidade. A palavra foi dada ao Dr. Eduardo Paysam Gomes, advogado do Centro Dom Helder Câmara. Refletiu que dia 10 de janeiro deste mesmo ano estávamos aqui nesta mesma casa discutindo questões relacionadas ao mesmo tema, devido aos acontecimentos ocorridos no CASE (Centro de Atendimento Socioeducativo) do Cabo, deixando três jovens mortos, sendo um deles decapitado. Após esse episódio várias mobilizações foram feitas para que pudessem ser apuradas as responsabilidades pelo fato ocorrido naquela unidade. A partir daí foi instituído pelas entidades relacionadas com Direitos Humanos uma vigília, que ocorre todo dia 10 do corrente mês para relembrar e principalmente para que não caia no esquecimento esse fatídico dia. Na audiência pública realizada ontem no TJPE foram fechados vários acordos para proporcionar o reordenamento do sistema socioeducativo do Estado, julgamos a audiência positiva do ponto de vista que o judiciário se integra ativamente na busca de mudanças nas unidades. Ressaltou que concursos públicos precisam ser realizados no Estado para provimento de vagas destinadas a agente das unidades socioeducativas para compor o quadro de funcionários, precisamos de profissionais especializados e principalmente comprometidos com a causa. Ressaltou que aproveitando que estamos na casa do legislativo proponho que seja instituído um projeto de lei, em regime de urgência, para que se institua em nosso Estado os parâmetros do SINASE no que se dispõem as propostas pedagógicas com captação de mais investimentos em educação. Falou a respeito do dossiê elaborado pelo fórum estadual de defesa dos direitos da criança e do adolescente e pelo fórum socioeducativo de Pernambuco e, em seguida pediu para que o Sr. Reginaldo Silva, coordenador do Fórum

estadual DCA falasse sobre o dossiê e as contradições de sua estrutura e funcionamento em relação ao que é determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e as propostas apresentadas ao longo da história desse Sistema, que não foram ainda atendidas a contento pelo governo estadual. Explicou que o dossiê nasceu da articulação, das reflexões e dos debates feitos entre o Fórum Estadual DCA/PE e o Fórum Socioeducativo de Pernambuco. Esta dividida em três partes. Na primeira, faz-se uma explanação e reflexão dos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, para proteção de adolescentes e jovens em cumprimento das medidas socioeducativas privativas de liberdade, dentro do atual contexto pernambucano. A segunda parte se dedica a historizar as fragilidades do Sistema Socioeducativo de Pernambuco e as propostas feitas por diversas organizações para as mudanças necessárias em tal sistema. A terceira e última parte faz uma reflexão sobre as atuais propostas para o sistema Socioeducativo e a não resposta do Governo do Estado de Pernambuco. Ressaltou que todas as informações contidas no dossiê se encontram anexadas em documentos referindo a atual situação do sistema socioeducativo do Estado. Em seguida a palavra foi dada a Dr^a Ana Maria Oliveira de Moura, defensora Pública, representando a Dr^a Marta Freire, defensora pública geral do estado. Na sua fala agradeceu o Deputado Betinho Gomes e os demais presentes na audiência pelo convite, ressaltou que a Defensoria Pública esta aqui para ouvir e se colocar a disposição, por que a nossa função é defender. Relatou várias experiências foram vivenciadas nesta área na colônia penal do Bom Pastor, falou sobre os princípios básicos para se resgatar os egressos, onde a ressocialização só alcançará a efetividade se o Estado proporcionar condições para isso e, que se dá através de uma adequada alimentação, saúde, privacidade nas relações íntimas, higiene entre outras, e que para isso precisamos de parceiros que se sensibilizem com essa situação e que a sociedade também é responsável por isso que esta acontecendo. Finalizou a fala refletindo: Temos que ter um olhar aberto a essa situação que está aí e não se omitir. A palavra foi passada para Mirella Villar, Coordenadora de Proteção a Criança e ao adolescente da Secretária de Promoção da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, representando a Sr.^a Ana Selma Santos, Secretária de Promoção da Cidadania de Jaboatão. Começou a fala fazendo menção aos pressupostos do artigo 1º do ECA, dizendo que essa temática vem sendo discutida ao longo dos anos de forma exaustiva e que a situação que se encontra hoje é apenas reflexo desse descaso das autoridades e também da sociedade. Fez um recorte e lembrou que o Município de Jaboatão é pioneiro do Estado em relação ao trabalho em meio aberto e que o desejo da equipe é que todos ou pelo ao menos a maioria dos municípios insiram o trabalho em meio aberto, mas para isso precisamos do apoio da sociedade, do Estado e principalmente das instituições de direitos humanos para efetivar tal trabalho. Explicou que 180 metas foram traçadas a partir da Lei do SINASE, juntamente com três instituições conveniadas onde a equipe junto com a Prefeitura de Jaboatão discutiu a metodologia para adequar as ações de trabalho que serão utilizadas com os socioeducandos reinseridos ao regime de meio aberto. Enfatizou que a ideia é germinar o plano educacional municipal com o plano educacional estadual no que se refere ao trabalho em meio aberto. Em seguida foi concedida a palavra ao Secretário Fernando Silva, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do adolescente e Secretário Executivo dos Sistemas Protetivos e Socioeducativo, justificou o atraso por estar em outra reunião, falou que iria concentrar sua fala nas questões relativas às recomendações do SINASE voltadas aos privados de liberdade, com relação a construção de novas unidades e a qualificação do quadro de pessoal. Refere-se ao fator de grande preocupação em razão de que as medidas socioeducativas em meio aberto não estão sendo aplicadas o que gera a manutenção da superlotação existente, revelou que R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões) já foram aprovados no PPA para implantação do meio aberto no Estado, mas que precisamos contar com convênios. Afirma que a dificuldade enfrentada por nosso Estado é a mesma enfrentada pelos demais Estados da Federação e que o compromisso da Secretaria é a desativação das unidades do Cabo e de Abreu e Lima até 2014, ressaltou que a briga agora é com a secretária para que o prazo da construção dessas unidades seja inferior ao ano de 2014, enfatizou que a secretária já dispõe de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões), para iniciar as obras o que falta é a escolha do terreno em Jaboatão. Explicou que 14 terrenos estão no processo de escolha, mas que ainda não foram definidos. Indagou que o primeiro município a ser contemplado com medidas socioeducativas em meio aberto será Olinda. Exaltou a importância do trabalho em conjunto da ALEPE e da Comissão de Direitos Humanos que são extremamente importantes para criar condições de mudanças na temática em discussão. Encerrou sua fala dizendo que temos que cobrar a execução desse plano, porque ele trará mudanças relativas às políticas públicas voltadas as crianças e aos adolescentes. Após a sua exposição à palavra foi concedida ao Sr. Silvíno Neto que se dirigiu ao secretário Fernando Silva, por meio de duas perguntas: Por que encontramos militares agindo dentro das unidades socioeducativas? Por que não existe nenhuma representação do Conselho Estadual dentro das unidades? O secretário Fernando respondeu: Esse modelo de gestão que vemos nas unidades ainda são reflexos dos modelos da FEBEM e FUNDAC como nós víamos nos meados dos anos 90, o que mudou foi apenas a nomenclatura ficando o mesmo sistema de funcionamento. Explicou que precisamos de uma municipalização das medidas protetivas e isso ainda não foi feito. A alteração desse modelo para ser realmente modificada precisa a meu ver de quatro aspectos para que possamos virar a página: 1º Redesenhar o sistema jurídico da Fundação; 2º Criar um novo modelo organizacional e administrativo; 3º Rever questões orçamentárias para o meio aberto e fechado e por último; 4º mudança cultural e pedagógica dentro das unidades. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Betinho Gomes abriu para inscrição dos presentes e a Sr. Ana Paula Leão, da secretária da mulher do Estado, falou que gostaria de ressaltar duas coisas, que estamos aqui para contribuir dentro da secretária da mulher, lógico que alinhada com a nossa competência e auxiliar no que for possível os adolescente e principalmente as meninas enquanto secretária da mulher. Em seguida a palavra foi concedida a Sr.^a Ivete Mello, conselheira tutelar do Recife, parabenizou as autoridades e os demais presentes pela proposta do tema escolhido e aduziu que é uma vergonha para Pernambuco as imagens da cabeça jogada para fora da unidade socioeducativa do Cabo no mês de janeiro, como se aquela imagem não significasse nada, o que precisamos é mais recursos econômicos. É uma vergonha precisamos que o MP e os Juízes meta a caneta para que o ECA e o SINASE sejam cumpridos no Estado. Usem a caneta! O que os meninos precisam é de oportunidade! O que eles precisam é de um trabalho voltado para prevenção e não para repressão. Depois a palavra foi concedida ao Sr. Iran Santos, Conselheiro Tutelar do Recife, estive ontem na audiência realizada pelo TJPE e saí de lá com esperança de mudanças e melhorias no sistema, temos que acabar com essa mania de responsabilizar só os municípios, temos sim que responsabilizar o Estado, os poderes, a sociedade e também os municípios pelas condições que chegaram as unidades socioeducativas. O professor da UFPE Dr. Luís de La Mora, ressaltou que pouco mudou da época da FEBEM e da FUNDAC, até hoje. Não somos ouvidos! Precisamos que uma vigília seja realizada todos os meses para que possamos ser ouvidos, é uma vergonha? Sim, mas com esperança de melhorias e principalmente de mudanças. Desabafou: Sinto-me entre a vergonha e a esperança. Elencou questões como: 1. Devemos reconhecer a centralidade da questão; 2. Precisamos de mais políticas públicas voltadas aos socioeducandos; 3. Aglutinação entre políticas públicas, proteção básica e prevenção; 4. Articulação com os municípios para tentar resolver essas questões. Finalizou dizendo que diante dessa vergonha a esperança está na prevenção. O Sr. Milton Bezerra, que se referiu a audiência pública realizada no TJPE, que discutiu políticas públicas para que as crianças e os adolescentes tenham prioridades, nada mas é do que seguir os ditames traçados no ECA. Precisamos do adiantamento das construções das novas unidades. Exaltou a função dos defensores públicos para promover a prevenção dos adolescentes quando eles chegam na DPCA, se isso acontecesse o cenário seria diferente. Mencionou que o Dossiê é um documento importantíssimo que diagnostica o melhoramento das políticas socioeducativas do Estado concomitantemente com os três poderes mais a sociedade civil. Tonho das Olindas refletiu não queremos que mais uma dez ou vinte mortes aconteçam no Estado, queremos lutar para que isso não ocorra mais, é difícil, mas não é impossível fazer essa mudança. Precisamos desenvolver políticas públicas para agilizar esses projetos de melhoria que estão sendo discutidos aqui e que irão servir de alerta para que possamos perceber o real significado das palavras liberdade assistida e medidas socioeducativas, o Estado tem que cumprir com seu papel de gestor e promover mudanças urgentes. Jeane Oliveira Conselheira Tutelar do Recife fez um pedido a Secretária de Justiça: Quero que vocês olhem com carinho o Projeto da UNAPE para ameaçados de morte e principalmente que o secretário tome conhecimento e providências. A Sr.^a Maria da Conceição referiu que a problemática das unidades socioeducacionais seria resolvida se as autoridades seguissem o que dispõe a lei do SINASE e do ECA e da nossa carta maior, a Constituição da República. Refletiu que no município de Jaboatão dos Guararapes os avanços com as medidas socioeducativas deveriam ser tomados como exemplo pelos os outros municípios para ver que quando se quer e se tem boa vontade tudo acaba dando certo. Finalizando a audiência a palavra foi dada ao Sr. Silvíno Neto que encerrou refletindo que o Fórum DCA não está gritando baixo, está faltando pessoas para se unir a nós! Agradeceu ao Deputado Betinho Gomes e a todos que estavam presentes pelas contribuições dadas. Não havendo mais inscritos, o Deputado Betinho Gomes, em nome da Mesa agradece a presença dos participantes ao mesmo tempo coloca a Assembleia e suas Comissões à disposição da sociedade, encerrando a presente Audiência Pública. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Recife, 09 de maio de 2012.

Deputado Betinho Gomes

Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Deputado Sérgio Leite **Deputado Bispo Ossesio**
Membro Titular Membro Suplente

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2012.

Às nove horas do dia sete do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel , reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira,Daniel Coelho, Silvíno Costa Filho e Teresa Leitão e o Deputado Aluísio Lessa membro suplente. O Presidente deu início à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 726/2012, de autoria do Deputado Sebastião Oliveira (Ementa: Denomina Escola Técnica Estadual Pedro Leão Leal, a Escola Técnica que está sendo construída na Cidade de São José do Belmonte), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira;Projeto de Lei Ordinária nº 728/2012, de autoria do Deputado

Manoel Santos (Ementa: Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Feira do Verde do município de Brejo da Madre de Deus), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº 729/2012, de autoria do Deputado Manoel Santos (Ementa: Confere ao Município de Brejo da Madre de Deus o título de “Capital Agroecológica”), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 731/2012, de autoria do Deputado Aglailson Júnior (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, classe ouro, mérito “Eduacional Paulo Freire”, à Professora Mirtes Cordeiro), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 732/2012, de autoria do Deputado Aglailson Júnior Denomina de Djalma Souto Maior Paes, o Distrito Industrial do município de Glória do Goitá), foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel;Projeto de Lei Ordinária nº 733/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Assegura ao consumidor, no âmbito do Estado de Pernambuco, o direito de livre escolha da oficina em casos de cobertura dos danos em veículo por seguradora) foi distribuído ao Deputado Sebastião Oliveira ; Projeto de Lei Ordinária nº 734/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a identificação e o registro obrigatório de indícios de violência pelos Agentes Comunitários de Saúde, no âmbito do Programa de Saúde da Família no Estado de Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 735/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Estabelece penalidades para a pessoa física ou jurídica que contratar e fornecer serviço clandestino de vigilância patrimonial e de proteção de clientes, bem como contratar trabalhador para exercer atividades de vigilância sem a devida habilitação legal, foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges ; Projeto de Lei Ordinária nº 736/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Obriga aos prestadores de serviços de estacionamento a instalação de banheiros, na forma que menciona) foi distribuído ao Deputado Teresa Leitão ;Projeto de Lei Ordinária nº 737/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de telemarketing, contact center, call center e centrais de atendimento que atuam no Estado de Pernambuco, propiciarem atendimento psicológico aos operadores de telemarketing), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira ;Projeto de Lei Ordinária nº 738/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de provedores de roupas adaptados à população com necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida, nos locais que especifica e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 739/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da Rede de Farmácias do Estado de Pernambuco, que participam do programa “Farmácia Popular” do Governo Federal, que afixem em lugar de boa visibilidade, nas suas dependências, a relação dos remédios contemplados por esse programa) foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho ;Projeto de Lei Ordinária nº 740/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Proíbe a exigência da realização do teste de gravidez e a apresentação de atestado de laqueadura como condição de acesso de mulheres ao trabalho), foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel ;Projeto de Lei Ordinária nº 741/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a implantação do teste vocacional para os alunos do ensino médio da rede pública do Estado de Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Sebastião Oliveira;Projeto de Lei Ordinária nº 742/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a inclusão do ensino da História dos Municípios e do Estado de Pernambuco nas escolas públicas estaduais), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho ;Projeto de Lei Ordinária nº 743/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Estabelece dia de feriado escolar quando da realização de jogos do Brasil na Copa do Mundo de 2014) , foi distribuído ao Deputado Teresa Leitão;Projeto de Lei Ordinária nº 745/2011, de autoria do Deputado Ângelo Ferreira (Ementa: Denomina José de Sousa Leal, o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar que está sendo construído no Distrito de Cruzeiro do Nordeste, em Sertânia/PE), foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges;Projeto de Lei Ordinária nº 746/2011, de autoria do Deputado Luciano Siqueira (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade do atendimento presencial para as necessidades do consumidor em relação de consumo com os fornecedores de produtos e serviços que funcionem mediante autorização, permissão, cessão ou concessão oriundas do Poder Público), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira ;Projeto de Lei Ordinária nº 747/2011, de autoria do Deputado Luciano Siqueira (Ementa: Dispõe sobre o desenvolvimento e uso de programas e sistemas de computador, software de código-fonte aberto, pelos órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Estado de Pernambuco, bem como os órgãos autônomos, e empresas sob o controle estatal e a Assembleia Legislativa), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes ; Projeto de Resolução nº 714/2012, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, mérito “Mulheres de Tejucupapo”, a Professora e ex-Prefeita do Município de Salgueiro, Sra. Cleuza Pereira do Nascimento), foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel;Projeto de Resolução nº 715/2012, de autoria da Deputada Isabel Cristina (Ementa: Fica concedida a Medalha Zumbi dos Palmares, Classe Ouro, , a Sra. Vera Lucia Ferreira Gomes), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa ;Projeto de Resolução nº 717/2012, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede a Medalha do Mérito Cultural Gilberto Freyre, Classe Ouro, ao instrumentista, cantor e compositor José Domingos de Moraes – Dominginhos), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira ;Projeto de Resolução nº 719/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Classe Ouro, Mérito Ambiental Professor Roldão a Usina Trapiche S/A), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes ;Projeto de Resolução nº 721/2012, de autoria do Deputado Aluísio Lessa (Ementa: Fica concedida a Medalha Leão do Norte, Mérito Esportivo ao Sr. Ricardo Leitão), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira ;Projeto de Resolução nº 723/2012, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte Mérito Administrativo e Assistência Social Ministro Marcos Freire ao Monsenhor Josivaldo José Bezerra), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho ;Projeto de Resolução nº 724/2012, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Sanitário Josué de Castro, ao Ministro da Saúde Alexandre Padilha), foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel;Projeto de Resolução nº 727/2012, de autoria do Deputado Manoel Santos (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Direitos Humanos à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira ;Projeto de Resolução nº 730/2012, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, classe ouro, mérito “Eduacional Paulo Freire”, à Professora Mirtes Cordeiro), foi distribuído à Deputada Teresa Leitão;Projeto de Resolução nº 744/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Cultural Gilberto Freire ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP), foi distribuído à Deputada Teresa Leitão. A reunião precisou ser interrompida por motivos de ordem interna, o Presidente então, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima para o dia quatorze de fevereiro do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL

PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA

DEPUTADO DANIEL COELHO

DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO

DEPUTADA TERESA LEITÃO

DEPUTADO TONY GEL

DEPUTADO ALUÍSIO LESSA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2012.

Às nove horas do dia do mês de do ano de dois mil e doze, no Auditório, localizado no sexto andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel , reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes,Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho,Teresa Leitão e Waldemar Borges, membros titulares e os Deputados Aluísio Lessa, Tony Gel e Zé Maurício, membros suplentes..O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 887/2012, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Denomina Rodovia Manoel de Oliveira Chaves a Rodovia PE-160, no trecho que liga o município de Jataúba até a divisa com o Estado da Paraíba), foi distribuído ao Deputado Tony Gel ;Projeto de Lei Ordinária nº 888/2012, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Confere ao Município de Itamaracá o título de “Capital Pernambucana da Ciranda”), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 889/2012, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira ; Projeto de Lei Ordinária nº 890/2012, de autoria do Ministério Público de Pernambuco (Ementa: Altera dispositivos e Anexos da Lei n.º 12.956, de 16 de dezembro de 2005, modificada pela Lei nº 13.536, de 8 de setembro de 2008, pela Lei nº 13.134, de 14 de novembro de 2006, e pela Lei nº 14.031, de 31 de março de 2010, e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges;Projeto de Lei Ordinária nº 891/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Torna o aparelho de ar alveolar (etilômetro) equipamento obrigatório de todos os estabelecimentos comerciais que sirvam bebidas alcoólicas em Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 893/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 894/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Inclui e altera Ações no Plano Plurianual 2012/2015, abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 896/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Zé Maurício;Projeto de Lei Ordinária nº 899/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente na área que especifica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº 900/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício

de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges;Projeto de Resolução nº 892/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Concede Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Presidente da Missão Brasil Recife, da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Sr. Rubens César Lanius), foi distribuído ao Deputado Tony Gel;Projeto de Resolução nº 895/2012, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Dr. José de Assis Ferreira), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira.Em seguida, passou à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 829/2012, de autoria do Tribunal de Justiça (Ementa: Altera a Lei Complementar Estadual nº 196, de 14 de dezembro de 2011, acrescentando-lhe o art. 8º- A, e dá outras providências),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi retirado de pauta; Emenda Modificativa nº 01/2012, de autoria dos Deputados Sílvio Costa Filho e Ângelo Ferreira (Ementa: Altera a redação do item II, letras A e B do art. 8º - A Projeto de Lei Complementar 829/2012 de 2 de fevereiro de 2012, que altera a Lei Complementar Estadual nº 196, de 14 de dezembro de 2011),relatoria, por dependência, Deputado do Antônio Moraes foi retirada de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 784/2012, de autoria do Deputado Marcantônio Dourado (Ementa: Denomina de Rodovia Prefeito Valdemar Tinó de Medeiros, a PE – 158, que liga as cidades de Lajedo e Calçado, Agreste Pernambucano),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 816/2012, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Denomina de Ponte Engenheiro Zuinglio de Sousa Lima, o equipamento viário sobre o Rio Pajeú, que liga BR 232 ao município de Calumbi, Sertão do Estado),relatoria do Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 844/2012, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Denomina Rodovia Dona Josefa Camilo a PE-37, localizada na Região Metropolitana do Estado),relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 858/2012, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Ementa: Dispõe sobre o reajuste do vencimento dos Procuradores-Consultivos e do Procurador-Chefe da Procuradoria Consultiva do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e altera o art. 29 da Lei Estadual nº 12.595, de 4 de junho de 2004),relatoria do Deputado Ricardo Costa,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Tony Gel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 872/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria o Programa de Sustentabilidade na Atividade Produtiva do Estado de Pernambuco – PESUSTENTÁVEL), em regime de urgência ,relatoria da Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade ; Projeto de Lei Ordinária nº 873/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade ;Projeto de Lei Ordinária nº 874/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário neste Estado), em regime de urgência, relatoria do Deputado Ricardo Costa, na ausência, foi designado para relatar a Deputada Teresa Leitão, que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 877/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dá nova redação ao disposto no inciso V do art. 10 da Lei nº 14.540, de 15 de dezembro de 2011, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Diogo Moraes,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Ângelo Ferreira, que o aprovou à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 886/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera título de Ação no Plano Plurianual do Estado 2012/2015, abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado de 2012 e dá outras providências),em regime de urgência, relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 889/2012, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco), foi retirado de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 890/2012, de autoria do Ministério Público do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera dispositivos e Anexos da Lei n.º 12.956, de 16 de dezembro de 2005, modificada pela Lei nº 13.536, de 8 de setembro de 2008, pela Lei nº 13.134, de 14 de novembro de 2006, e pela Lei nº 14.031, de 31 de março de 2010, e dá outras providências), foi retirado de pauta ; Projeto de Lei Ordinária nº 893/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria da Deputada Teresa Leitão , foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 894/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Inclui e altera Ações no Plano Plurianual 2012/2015, abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Resolução nº 892/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Concede Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Presidente da Missão Brasil Recife, da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Sr. Rubens César Lanius),relatoria do Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade;Substitutivo nº 01/2012, de autoria do Deputado Waldemar Borges, ao Projeto de Lei Ordinária nº 840/2012,de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria a Comissão Estadual da Memória e Verdade), em regime de urgência,relatoria por dependência, Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade. Por último, passou à distribuição dos projetos contidos na extra-pauta: Projeto de Lei Ordinária nº 901/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui as Políticas de Incentivo aos Esportes denominadas Time Pernambuco e Passaporte Esportivo, no âmbito do Estado de Pernambuco), em regime de urgência , foi distribuído à Deputada Teresa Leitão ;Projeto de Lei Ordinária nº902/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso do imóvel que indica), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira. Por fim, deu por encerrada a reunião para dar início a Audiência Pública e marcou a próxima reunião para o dia quinze de maio do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL

PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES
DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADA TERESA LEITÃO
DEPUTADO WALDEMAR BORGES
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO JOSÉ MAURÍCIO
DEPUTADO SÉRGIO LEITE
DEPUTADO TONY GEL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2012.

Às nove horas do dia quinze do mês de maio do ano de dois mil e doze, no Auditório, localizado no sexto andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel , reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes,Daniel Coelho, Ricardo Costa,Sílvio Costa Filho e Teresa Leitão e Waldemar Borges, membros titulares e os Deputados Aluísio Lessa, Tony Gel e Zé Maurício, membros suplentes.Estava também presente o Dr. Carlos Alberto Inojosa Galindo,representando o Tribunal de Justiça.O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 903/2012, de autoria do Deputado Ossésio Silva (Ementa: Declara de Utilidade Pública o Instituto Palmarense de Ação Social), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 904/2012, de autoria do Deputado Marcantônio Dourado (Ementa: Dispõe sobre emissão de Certidão sobre riscos potenciais e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 905/2012, de autoria do Poder Judiciário de Pernambuco (Ementa: Reajusta a remuneração dos cargos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa ;Projeto de Lei Ordinária nº 906/2012, de autoria do Deputado Marcantônio Dourado (Ementa: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, o Carnaval do Município de São João, Agreste Meridional Pernambucano), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 907/2012, de autoria do Deputado Marcantônio Dourado (Ementa: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Festa de São Pedro do Município de Buíque, na última semana do mês de junho), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira ;Projeto de Lei Ordinária nº 908/2012, de autoria do Deputado Deputado Marcantônio Dourado (Ementa: Institui a proibição da comercialização e distribuição gratuita de canudos flexíveis plásticos que sejam destinados à ingestão de líquidos e dá outras providências), foi distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 909/2012, de autoria do Tribunal de Contas do Estado (Ementa: Reajusta os vencimentos-base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo (GOCE) e de Apoio ao Controle Externo (GOACE), bem como os vencimentos-base e as representações dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e altera o § 2º do art. 6º da Lei Estadual nº 12.594, de 3 de junho de 2004.), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira. Em seguida passou à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 829/2012, de autoria do Tribunal de Justiça (Ementa: Altera a Lei Complementar Estadual nº 196, de 14 de dezembro de 2011, acrescentando-lhe o art. 8º- A, e dá outras providências),relatoria do Deputado Antônio Moraes,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Sílvio Costa Filho que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Emenda Modificativa nº 01/2012, de autoria dos Deputados Sílvio Costa Filho e Ângelo Ferreira (Ementa: Altera a redação do item II, letras A e B do art. 8º - A Projeto de Lei Complementar 829/2012 de 2 de fevereiro de 2012, que altera a Lei Complementar Estadual nº 196, de 14 de dezembro de 2011),relatoria, por dependência, Deputado Antônio Moraes, foi retirada de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 493/2011, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Regulamenta a cobrança do pedágio na malha rodoviária no Estado de Pernambuco),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi

aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 867/2012, de autoria do Deputado Júlio Cavalcante (Ementa: Denomina Ildefonso de Andrade Freire o Centro Esportivo de Arcoverde),relatoria do Deputado Daniel Coelho,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Zé Maurício, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 876/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica),relatoria da Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 878/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a lei nº 14.406, de 22 de setembro de 2011, que autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, as áreas de terra que indica, e dá outras providências),relatorias do Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade ; Projeto de Lei Ordinária nº 888/2012, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Confere ao Município de Itamaracá o título de “Capital Pernambucana da Ciranda”),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade ; Projeto de Lei Ordinária nº 889/2012, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco),relatoria do Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade ;Projeto de Lei Ordinária nº 896/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências),em regime de urgência, relatoria do Deputado Zé Maurício, foi aprovado à unanimidade ;Projeto de Lei Ordinária nº 899/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente na área que especifica, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade ; Projeto de Lei Ordinária nº 900/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Waldemar Borges,na ausência, foi designado para relatar a Deputada Teresa Leitão, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 895/2012, de autoria do Deputado Claudiano Martins (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Dr. José de Assis Ferreira),relatoria do Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade. Por fim, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião para o dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADA TERESA LEITÃO
DEPUTADO JOSÉ MAURÍCIO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012.

Às nove horas do dia dezessete do mês de abril do ano de dois mil e doze, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel , reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira , Daniel Coelho, Ricardo Costa , Sílvio Costa Filho e Teresa Leitão, membros titulares e os Deputados Aluísio Lessa,Diogo Moraes membros suplentes..O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 820/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 13.497, de 2 de julho de 2008, que autoriza a concessão de auxílio-moradia, no âmbito do Estado de Pernambuco, para famílias que se encontrem nas situações que indica), em regime de urgência, foi distribuído à Deputada Teresa Leitão ;Projeto de Lei Ordinária nº 853/2012, de autoria do Deputado Odacy Amorim (Ementa: Dispõe sobre a verificação regular da qualidade da areia usada em parques, praças e demais locais públicos), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes ;Projeto de Lei Ordinária nº 857/2012, de autoria do Tribunal de Contas do Estado (Ementa: Altera a Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel; Projeto de Lei Ordinária nº 858/2012, de autoria do Tribunal de Contas do Estado (Ementa: Dispõe sobre o reajuste do vencimento dos Procuradores-Consultivos e do Procurador-Chefe da Procuradoria Consultiva do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e altera o art. 29 da Lei Estadual nº 12.595, de 4 de junho de 2004), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa ; Projeto de Lei Ordinária nº 859/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a contratação de financiamento para os fins que indica, autoriza o oferecimento de garantias, e dá outras providências), em regime de urgência,foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 860/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Inclui Ações no Plano Plurianual 2012/2015, e abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa ; Projeto de Lei Ordinária nº 861/2012, de autoria do Deputado Edson Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 12.444, de 22 de outubro de 2003), foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes ;Projeto de Lei Ordinária nº 864/2012, de autoria do Deputado Leonardo Dias (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de as escolas particulares servirem lanches exclusivamente saudáveis aos alunos da rede privada), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho ;Projeto de Lei Ordinária nº 865/2012, de autoria do Deputado Leonardo Dias (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de os médicos atenderem, em consultório, com hora marcada e não atrasarem em mais de uma hora o atendimento aos pacientes), foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel ; Projeto de Lei Ordinária nº 866/2012, de autoria do Deputado Leonardo Dias (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de toda escola privada de Pernambuco, que ofereça Educação Infantil, de oferecer, semanalmente, uma disciplina que envolva uma conscientização quanto à importância de uma alimentação saudável), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 867/2012, de autoria do Deputado Júlio Cavalcanti (Ementa: Denomina Ildefonso de Andrade Freire o Centro Esportivo de Arcoverde), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho. Em seguida passou à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 745/2012, de autoria do Deputado Ângelo Ferreira (Ementa: Denomina José de Sousa Leal, o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar que está sendo construído no Distrito de Cruzeiro do Nordeste, em Sertânia/PE),relatoria do Deputado Waldemar Borges,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Sílvio Costa Filho, que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 820/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 13.497, de 2 de julho de 2008, que autoriza a concessão de auxílio-moradia, no âmbito do Estado de Pernambuco, para famílias que se encontrem nas situações que indica), em regime de urgência, relatoria da Deputada Teresa Leitão , foi aprovado à unanimidade ;Projeto de Lei Ordinária nº 828/2012, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Modifica a estrutura orgânica da Assistência Policial Militar e Civil do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e dá outras providências),relatoria do Deputado Ângelo Ferreira,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Aluísio Lessa, que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 835/2012, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções gratificadas no âmbito da estrutura organizatório-funcional do Poder Judiciário do Estado, vinculados à Diretoria de Saúde e à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado e dá outras providências),relatoria do Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 837/2012, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a criação de funções gratificadas no âmbito da estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco e dá outras providências),relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade ;Projeto de Lei Ordinária nº 845/2012, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Institui o Dia da Consciência e Atenção aos portadores do Lúpus no Estado de Pernambuco), relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 848/2012, de autoria do Deputado Sebastião Oliveira (Ementa: Inclui no Calendário Oficial de Eventos de Pernambuco, a Feira da Indústria, Comércio e Serviços “ EXPOSERRA” no município de Serra Talhada),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Resolução nº 846/2012, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano ao Dr. Marcelino Guedes Ferreira Mosqueira Gomes),relatoria do Deputado Zé Maurício,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Daniel Coelho, que o aprovou à unanimidade.Por fim, passou à distribuição dos seguintes projetos contidos na extra-pauta: Projeto de Lei Ordinária nº 872/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria o Programa de Sustentabilidade na Atividade Produtiva do Estado de Pernambuco – PESUSTENTÁVEL), em regime de urgência , foi distribuído à Deputada Teresa Leitão;Projeto de Lei Ordinária nº873/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência , foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº874/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário neste Estado), em regime de urgência , foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa .Por fim, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima para o dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADO ANTÔNIO MORAES
DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO RICARDO COSTA
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADA TERESA LEITÃO
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO DIOGO MORAES

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2012.

Às nove horas do dia vinte e quatro do mês de abril do ano de dois mil e doze, no Auditório, localizado no sexto andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel, reuniram-se os Deputados Antônio Moraes, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão e Waldemar Borges, membros titulares e os Deputados Diogo Moraes e Tony Gel, membros suplentes. O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 870/2012, de autoria do Deputado Aluísio Lessa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade aos candidatos a exames para habilitação de motos, motocicletas, motonetas e cinquentinhas, realizarem o curso de formação de condutores em motos, em Centro de Formação de Condutores-CFCs a serem credenciados pelo Detran/PE), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 871/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Denomina Senador Antônio Farias, as instalações do Terminal de Integração de Passageiros do Aeroporto, no município de Recife e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 875/2012, de autoria do Deputado Edson Vieira (Ementa: Denomina "Rodovia Valdemar Bezerra de Almeida" a PE - 90, no trecho entre trevo do município de Vertentes até o trevo do município de Santa Maria do Cambucá), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 876/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica), foi distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 877/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dá nova redação ao disposto no inciso V do art. 10 da Lei nº 14.540, de 15 de dezembro de 2011, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 878/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a lei nº 14.406, de 22 de setembro de 2011, que autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, as áreas de terra que indica, e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 879/2012, de autoria do Deputado Odacy Amorim (Ementa: Cria o Cadastro Estadual de Deficientes Ativos de Pernambuco – Cedape), foi distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 880/2012, de autoria do Deputado Odacy Amorim (Ementa: Determina a obrigatoriedade de disponibilidade de local exclusivo para pagamento de fatura de cartão de crédito que contenha bandeira do estabelecimento comercial), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 881/2012, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Denomina de Escola Estadual Vereadora Alzira Tenório do Amaral, a Unidade de Ensino localizada no Distrito Quilombola do município de Custódia, Sertão do Moxotó), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 882/2012, de autoria do Deputado João Fernando Coutinho (Ementa: Denomina Terminal Integrado de Passageiros Deputado Geraldo Melo, o Terminal Integrado de Passageiros construído no bairro de Cajueiro Seco, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes), foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 883/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Denomina de Rodovia Vereador Til Cavalcanti, a VPE-260, que liga o Município de Buíque ao entroncamento com a BR-424, Agreste Meridional Pernambucano), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 884/2012, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Denomina de Rodovia Comerciante Manoel de Souza Dias, a VPE – 730, que liga o Distrito de Ponta da Serra

ao entroncamento com a BR 407, no município de Petrolina, Sertão do São Francisco), foi distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 886/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera título de Ação no Plano Plurianual do Estado 2012/2015, abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado de 2012 e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho. Em seguida passou à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 855/2012, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Altera a Lei Complementar Estadual nº 100, de 21 de novembro de 2007 - Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco - e dá outras providências), relatoria do Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 854/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria cargos comissionados e funções gratificadas para compor a estrutura da Secretaria de Saúde, e dá outras providências), relatoria do Deputado Raimundo Pimentel, o presidente transferiu a relatoria transferida ao Deputado Antônio Moraes, que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 860/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Inclui Ações no Plano Plurianual 2012/2015, e abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Aluísio Lessa, na ausência, foi designado para relatar o Deputado Sílvio Costa Filho que o aprovou à unanimidade; Projeto de Resolução nº 779/2012, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera art. 4º da Resolução 809, de 14 de maio de 1968), relatoria do Deputado Raimundo Pimentel, foi retirado de pauta; Projeto de Resolução nº 797/2012, de autoria da Deputada Mary Gouveia (Ementa: Cria a Procuradoria Especial da Mulher no âmbito desta Assembleia Legislativa, adicionando dispositivo na Resolução nº 905/2008, e dá outras providências), relator do Deputado Raimundo Pimentel, que transferiu a relatoria à Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade. Por fim, deu por encerrada a reunião para dar início a Audiência Pública e marcou a próxima reunião para o dia dois de maio do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADA TERESA LEITÃO
DEPUTADO WALDEMAR BORGES
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO TONY GEL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Mesa Diretora

Deputado Guilherme Uchoa
Presidente

Deputado Marcantônio Dourado
1º Vice - Presidente

Deputado Edson Vieira
2º Vice - Presidente

Deputado João Fernando Coutinho
1º Secretário

Deputado Sérgio Leite
2º Secretário

Deputado Henrique Queiroz
3º Secretário

Deputado Eriberto Medeiros
4º Secretário

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS